

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026

OBJETO: Aquisição de materiais de neuropsicologia para o CAR

Prezado(s) Senhor(es):

O CONSAÚDE/HRLB torna público que realizará Dispensa de Licitação sob nº 010/2026, que tem como objeto aquisição de materiais para uso nas consultas de neuropsicologia – CAR, em conformidade com o art. 75, inciso II - § 2º nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, abre-se prazo de até **03 (três) dias úteis**, a partir da data de sua publicação, para que os interessados possam apresentar suas propostas exclusivamente através do e-mail: compras5@consaude.org.br.

O orçamento deverá atender aos seguintes requisitos:

- Preço unitário por item e marca do produto orçado, conforme tabela constante no Termo de Referência;
- Os valores deverão conter apenas dois dígitos após a vírgula;
- Valor de **IPI** ou do **FRETE** deve estar **incluso** no valor do produto ou serviço (**Não pagamos IPI ou FRETE a parte**);
- Prazo para pagamento: 30 (trinta) dias;
- Prazo de entrega: 10 dias;
- Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias;
- Local e endereço para entrega/prestação do serviço: HOSPITAL REGIONAL DR. LEOPOLDO BEVILACQUA – Rua dos Expedicionários, 140 – Centro – Pariquera-Açu/SP.
- Frete para entrega **INCLUSO**.

A proposta deverá ser encaminhada em papel timbrado, carimbado e assinado pelo responsável legal ou servidor devidamente qualificado. Deverá constar, ainda, os seguintes dados:

- Razão social;
- Data de Emissão;
- Endereço completo físico e eletrônico;
- Contato telefônico;
- CNPJ da empresa;
- Assinatura do Representante Legal.

IMPORTANTE: Para fornecer para o CONSAÚDE/HRLB a empresa deverá comprovar a sua regularidade fiscal, mediante apresentação dos seguintes documentos:

1. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND FEDERAL);
2. Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista,
4. Certificado de Regularidade junto ao FGTS (CRF),
5. Sem mais para o momento, e, certos de contarmos com a atenção de V^{sa}, subscrevemo-nos,

Cordialmente,

Pariquera-açu/SP, 28 de janeiro de 2026.

.....
Wendy Alves Aguiar
Serviço de Suprimentos/Consaúde

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE NEUROPSICOLOGIA PARA O COMPLEXO AMBULATORIAL REGIONAL.

Setor Requisitante: DIRETORIA DO CAR
Responsável pela Solicitação:
Data: 17/03/2025
Email: diretoracar@consaude.org.br

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de materiais para uso nas consultas de neuropsicologia – CAR/CONSAÚDE
Preparando as seguintes avaliações:

1.1.1A WASI é um instrumento breve de avaliação da inteligência, aplicável a crianças de 6 anos a idosos de 89 anos de idade. Fornece informações sobre os QIs Total, de Execução e Verbal a partir de quatro subtestes (Vocabulário, Cubos, Semelhanças e Raciocínio Matricial). Permite avaliar vários aspectos cognitivos, como conhecimento verbal, processamento de informação visual, raciocínio espacial e não verbal, inteligência fluida e cristalizada em diversos contextos.

1.1.2SON-R 2 ½ -7 [A] - Teste não verbal de inteligência geral - Avaliação geral do desenvolvimento e das habilidades cognitivas, através de quatro subtestes, que avaliam habilidades espaciais e viso-motoras e raciocínio abstrato e concreto. O instrumento é destinado às crianças de 2 anos e meio à 7 anos e 11 meses de idade.

1.1.3SRS-2 - Escala de Responsividade Social 2ª edição - A SRS-2 é uma escala destinada a mensurar sintomas associados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como a classificá-los em níveis leves, moderados ou severos. Sua avaliação se faz de forma global e específica, já que agrupa os sintomas em subcategorias (Escala Compatíveis ao DSM-5 e Subescalas de Intervenção). Destina-se a avaliar crianças (a partir de dois anos e meio), adolescentes e adultos.

1.1.4Denver II - Teste de Triagem do Desenvolvimento - O Denver II é um teste de triagem do desenvolvimento infantil que avalia crianças de zero a seis anos de idade. É usado para identificar atrasos no desenvolvimento. Avalia quatro áreas do desenvolvimento: pessoal-social, motora fina adaptativa, linguagem e área motora grossa. O instrumento é destinado para crianças desde o nascimento até os 6 anos de idade.

1.1.5A Coleção BPA-2 é uma ferramenta confiável e abrangente para avaliar diferentes tipos de atenção em indivíduos de 6 a 94 anos, sendo Atenção Concentrada (AC): foco em um estímulo e ignorando os demais; Atenção Alternada (AA): habilidade de

alternar o foco entre diferentes estímulos; e Atenção Dividida (AD): atenção simultânea a dois ou mais estímulos.

1.1.6A Coleção “As Pirâmides de Pfister” é um instrumento cujo objetivo é propiciar uma análise da dinâmica afetiva-emocional do indivíduo, permitindo também inferir sobre suas habilidades cognitivas e tendências de comportamento, relacionadas à maneira como ele lida com as emoções.

Ambos os instrumentos nos itens acima 1.1.5/1.1.6 contribuem de forma significativa para o processo de avaliação psicológica e para o embasamento técnico do diagnóstico clínico, sendo fundamentais na investigação de transtornos do neurodesenvolvimento, como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e o Transtorno de Oposição Desafiante (TOD).

1.2 Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Protocolo de Registro WASI - Escala Wechsler Abreviada de Inteligência	Unidades	30
2	Blocos de Respostas com 10 unidades - SON-R 2 ½ -7 [A] - Teste não verbal de inteligência geral	Bloco	02
3	Caderno Subteste Padrões - SON-R 2 ½ -7 [A] - Teste não verbal de inteligência geral	Unidades	20
4	Blocos de Respostas com 10 unidades – IDADE ESCOLAR - SRS-2 - Escala de Responsividade Social 2ª edição	Blocos	03
5	Blocos de Respostas com 10 unidades – IDADE PRÉ-ESCOLAR - SRS-2 - Escala de Responsividade Social 2ª edição	Blocos	01
6	Blocos de Respostas com 25 unidades - Denver II - Teste de Triagem do Desenvolvimento	Blocos	01

7	Coleção BPA-2		
8	Livros de Aplicação AA, AC e AD (Cada bloco com 25 unidades de cada) – BPA-2	Blocos	02
9	Coleção As Pirâmides Coloridas de Pfister	Unidade	01
10	Blocos de Respostas com 25 unidades - As Pirâmides Coloridas de Pfister	Blocos	01

1.3 O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns.

1.4 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 03/2024 do CONSAÚDE.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A presente contratação tem por objetivo a aquisição de materiais para auxiliar no atendimento neuropsicológico no Complexo Ambulatorial Regional (CAR).
- 2.2 A necessidade da aquisição justifica-se pela ausência de materiais disponíveis, visto o serviço ser novo no Consaúde, comprometendo o atendimento neuropsicológico. Dada a essencialidade do serviço de saúde prestado pelo CAR, a indisponibilidade do material, impactando negativamente a qualidade e quantidade de atendimento.
- 2.3 Diante desse cenário, e visando assegurar o pleno funcionamento da instituição, faz-se necessária a aquisição dos referidos materiais, atendendo aos princípios da eficiência e da continuidade dos serviços públicos essenciais.

3 CARÁTER DA AQUISIÇÃO

- 3.1 A aquisição fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade dos serviços hospitalares, considerando que a falta de materiais adequados para o atendimento de neuropsicologia podendo afetar diretamente as condições de assistência no CAR.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DE OBJETO

- 4.1 A solução proposta consiste na aquisição de materiais para atendimento de neuropsicologia.
- 4.2 Aquisição
- 4.2.1 Os materiais deverão ser conforme tabela 1.2.
- 4.3 Uso e Operação
- 4.3.1 Os materiais deverão ser de uso da neuropsicologia, durante as consultas e de responsabilidade de uso e guarda ao final de cada consulta.
- 4.4 Descarte e Sustentabilidade
- 4.4.1 Ao final de sua vida útil, os materiais deverão ser descartados de forma ambientalmente responsável, respeitando as normas vigentes de destinação de resíduos. Sempre que possível, devem ser avaliadas alternativas para reuso ou reciclagem de componentes, minimizando impactos ambientais e promovendo práticas sustentáveis.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1 Condições de Entrega

5.1.1A entrega dos bens será realizada de forma parcelada mediante solicitação do setor conforme necessidade, em até 05 (cinco) dias corridos, contados da retirada da Ordem de Fornecimento, acompanhada da respectiva nota de empenho.

5.1.2Os bens deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado, localizado na Rua Capitão João Pocci, Centro - Registro – Estado de São Paulo – CEP: 11900-000, de segunda a sexta-feira, das 07:00h às 16:00h.

6 Garantia, manutenção e assistência técnica

6.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o CONSAÚDE e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O CONSAÚDE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONSAÚDE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

7.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- 7.8 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º,)
- 7.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 7.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme Decreto 01/2024 do CONSAUDE e art. 174, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 Recebimento

- 8.1.1 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2 Liquidação

- 8.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias corridos para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 8.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao requisitante;

9 Prazo de pagamento

9.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (dez) dias contados da entrega dos itens, conforme seção anterior.

9.2 No caso de atraso no pagamento, os valores devidos ao fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-Fipe de correção monetária.

9.3 Forma de pagamento

9.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pelo fornecedor.

9.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.3.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.3.5 O fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.4 Antecipação de pagamento

9.4.1 Não será admitido, tendo em vista que no presente caso, optar pela antecipação do pagamento não se mostra uma estratégia mais vantajosa para a administração pública.

9.5 Cessão de crédito

9.5.1 Não se aplica

10 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1 O fornecedor será selecionado por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do artigo 75, inciso VII da Lei 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10.2 Forma de fornecimento

10.2.1 O fornecimento do objeto será parcelado mediante solicitação do setor conforme necessidade

10.3 Exigências de habilitação

10.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11 Habilitação jurídica

11.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

11.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.8 Sociedade cooperativa: não se aplica no presente caso, em razão do objeto.

11.9 Agricultor familiar: não se aplica no presente caso, em razão do objeto.

11.10 Produtor Rural: não se aplica no presente caso, em razão do objeto.

11.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12 Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.4 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.5 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13 Qualificação Econômico-Financeira

13.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

13.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

14 Qualificação técnica

14.1 Não se aplica

15 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado será apurado por meio de cotações realizada pelo setor de compras.

16 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

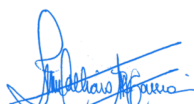
16.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação orçamentária a seguir:

Ficha: 53

Função Programática: 10.302.0101.2005

Categoria/Elemento/Subelemento: 3.3.90.30

Pariquera-açú, 26 de janeiro de 2026



RITA DE CASSIA FREITAS MATHAIS

Diretora do CAR